

1 **Ata 11/2022** – No dia cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas e
2 quarenta e cinco minutos, na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
3 Campus, sito à Rua Guaíra, nº 3141, sala 07, bloco B3 (2º pavimento), Jardim Santa Maria, em
4 Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal de Assistência Social**
5 (CMAS), de forma presencial, para realização de **Reunião Ordinária**, contando com a
6 presença dos/as conselheiros/as da Gestão 2022-2024 descritos na lista de presença que é
7 parte integrante desta ata. A Presidente do CMAS, Sra. Edmara de Souza cumprimenta todas
8 as pessoas presentes. Seguidamente apresenta a ordem do dia, nos termos do Edital de
9 Convocação nº 13/2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Toledo, no dia
10 29 de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, Edição nº 3.349, Página 59, contendo os
11 seguintes pontos de **PAUTA**: a) Deliberar sobre a Ata nº 10/2022 – CMAS; b) Deliberar sobre a
12 Prestação de Contas do PPAS IV – 1º semestre de 2022; c) Deliberar sobre o relatório de
13 Benefícios Eventuais referente ao 3º Trimestre de 2022; d) Deliberar sobre o relatório de
14 atendimentos realizados na rede socioassistencial do município referente ao 2º quadrimestre
15 de 2022; e) Deliberar sobre a substituição da presidência da Comissão de Fiscalização; f)
16 Deliberar sobre a substituição de representantes suplente para a Comissão do Programa Bolsa
17 Agente de Cidadania da SMDH; g) Posse dos novos representantes do segmento de
18 trabalhadores/as do SUAS; h) Relato das Comissões de Trabalho do CMAS; **INFORMES: a)**
19 **Substituição da Secretária Executiva; b) Esclarecimentos referente a abertura de nova Casa**
20 **Abrigo; c) Correspondências recebidas e expedidas; d) Outros informes.** Após a leitura dos
21 itens da pauta, a Presidente solicita aos participantes se alguém tem mais algum ponto a ser
22 incluso. A representante da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e
23 Desenvolvimento Humano, Sra. Pamela Ritter, pede a inclusão de um ponto, a respeito da
24 Bolsa Agente de Cidadania ofertada pelos Centros da Juventude. De forma a permitir a
25 manifestação de todos os representantes presentes à reunião, é sugerida a inversão na ordem
26 dos pontos da pauta, antecipando o item “**g**” da pauta, que trata da posse dos novos
27 representantes do segmento de trabalhadores/as do SUAS. Posto isso a Sra. Edmara coloca
28 em votação a pauta desta reunião, a qual foi aprovada por todos/as. **Item G da pauta - Posse**
29 **dos novos representantes do segmento de trabalhadores/as do SUAS.** A Presidente
30 Edmara informa aos presentes que pelo processo eleitoral que ocorreu no dia 04 de outubro de
31 2022 das 08h30 às 16h00, visando recompor vacâncias no CMAS foram eleitos a Isabel
32 Cristina dos Santos Marques - CREAS II e Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro como
33 conselheira(o) suplentes. Dado as boas-vindas aos representantes eleitos, é aberto espaço
34 para fazerem uso da palavra. A Sra. Isabel Cristina é a primeira a se apresentar, e em linhas
35 gerais menciona se sentir feliz em retornar ao CMAS e representar o segmento de

36 trabalhadores/as do SUAS e agradece os votos de confiança que recebeu dos/as colegas. Em
37 seguida, o Sr. Rodrigo Daniel se apresenta, dizendo se sentir privilegiado de novamente poder
38 integrar o Conselho e dividir com os demais conselheiros o processo do controle social, visto já
39 ter participado anteriormente de diversos outros conselhos, se dizendo satisfeito em poder
40 representar os/as trabalhadores/as do SUAS. A Secretária Executiva Greice Kelly apresenta os
41 números de votantes do processo eleitoral, que ocorreu de forma remota, com um recorde de
42 votantes, tendo havido 03 (três) candidatos, a saber: Cleverson Jansen dos Santos - CRAS III;
43 Isabel Cristina dos Santos Marques - CREAS II; e Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro – CREAS
44 I, resultando eleitos a Isabel Cristina dos Santos Marques do CREAS II com 46 votos e Rodrigo
45 Daniel Gonçalves Leandro do CREAS I com 26 votos, destacando que o Cleverson Jansen dos
46 Santos recebeu 21 votos e, caso ocorra uma vacância nesse segmento, já haverá um nome
47 para ser indicado. A Secretária Grace Kelly agradeceu o suporte dado pela Comissão Eleitoral,
48 sendo uma comissão temporária e, cumprido seu objetivo, fica a mesma desfeita. O vice-
49 presidente Wellington Cassio Barbosa da Silveira destaca que os conselheiros ora eleitos,
50 ocuparão a suplência dentro do segmento de Representantes de Organizações dos
51 Trabalhadores do Setor de Política de Assistência Social, sendo a Isabel suplente da Eliane
52 Saldanha Brum e o Rodrigo suplente do Everton Chaves Maria. **Item A da pauta - Deliberar**
53 **sobre a Ata nº 10/2022 – CMAS:** A Presidente Edmara informa que a ata foi encaminhada por
54 e-mail antecipadamente e menciona que a Secretária Executiva não recebeu observações para
55 alteração. Por conseguinte, coloca a ata em votação, sendo a mesma aprovada pelos
56 presentes. **Item B da pauta – Deliberar sobre a Prestação de Contas do PPAS IV – 1º**
57 **semestre de 2022:** a Sra. Rosiany Favaretto, Diretora do Departamento de Gestão da
58 Secretaria Municipal de Assistência Social, antes de iniciar a apresentação explica do que se
59 trata o Piso Paranaense de Assistência Social IV e que a Prestação de Contas do PPAS IV se
60 refere ao 1º semestre de 2022 sendo que a Prestação de Contas de todos os recursos que são
61 recebidos é semestral. Inicia a apresentação trazendo uma tela do site da Secretaria da
62 Justiça, Família e Trabalho que explica a parte do Cofinanciamento Estadual do Piso
63 Paranaense de Assistência Social – PPAS. Devido estarem presentes a esta reunião alguns
64 novos conselheiros, esclarece aos presentes ser o PPAS, segundo a informação no sítio oficial
65 do Estado, um aporte financeiro criado pelo Governo do Estado do Paraná para
66 cofinanciamento estadual de serviços, programas, benefícios e projetos da Assistência Social e
67 de sua gestão. Ainda de acordo com o sítio oficial, são repasses mensais efetuados de acordo
68 com a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual, de forma regular e
69 automática, conforme Lei Estadual nº 17.544 de 17/04/2013, e de acordo com o estabelecido
70 no art. 4º da Deliberação nº 065/2013 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. O

71 município assume a responsabilidade de execução dos recursos conforme o Plano de Ação
72 nas áreas da Proteção Social Básica, Especial, Aprimoramento da Gestão e Benefícios
73 Eventuais dentro dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e nos Centros de
74 Referência Especializados de Assistência Social (Creas). O Paraná, conforme publicizado no
75 sítio, conta com diversos pisos para o cofinanciamento dos serviços da Assistência Social,
76 Existem dois tipos de repasses; Repasses Regulares (de forma regular e automática) e
77 Repasses Pontuais (demandas específicas e não continuadas). Rosiany ressalta que embora o
78 Estado informe que o repasse continuado é regular e automático, porém como é um repasse
79 de acordo com a disponibilidade orçamentária, considerando que o PPAS IV é um recurso
80 continuado, fundo a fundo e automático, dentro de uma determinada periodicidade e deveria
81 possibilitar o planejamento de sua execução. Citando o exemplo de um recurso para o
82 financiamento de ações do CRAS; supondo que se possa planejar se será um recurso para
83 equipamentos ou somente para custeio, se consegue fazer um planejamento, permitindo fazer
84 licitações, com registro de preços de forma a adquirir os produtos aos poucos, de acordo com a
85 real necessidade. Porém, se não se tem uma regularidade, se não se sabe quando o recurso
86 será efetivamente repassado, fica difícil fazer um planejamento. Quando o recurso é de fato
87 automático, como anteriormente era feito através do Ministério de Desenvolvimento Social,
88 embora também não fosse sempre tão regular, era possível contar com aquele recurso que
89 permitia fazer um planejamento e no final do ano a Prestação de Contas era feita dentro de um
90 demonstrativo sintético que o Município já tinha para ser preenchido. Já com os recursos do
91 Estado, os mesmos não têm sido regulares, mesmo que sejam continuados, embora sejam
92 fundo a fundo, porém não são automáticos, sendo que tanto o Plano de Ação e a Prestação de
93 Contas são feitos dentro de um sistema específico do Estado, um sistema que temos bastante
94 críticas, bem complexo, no qual ao invés de lançar as notas fiscais, é necessário lançar item
95 por item, o que gera um retrabalho, além de demandar várias pessoas para executar esse
96 trabalho. Falando sobre os recursos pontuais, para atendimento de alguma coisa específica,
97 Rosiany exemplifica com ações desenvolvidas na pandemia, que vem também através do
98 Fundo da Infância, onde o Conselho do Estado da Criança e do Adolescente libera um recurso
99 para uma ação específica. Falando do PPAS IV, que é o Piso Paranaense de Assistência
100 Social IV, é um piso para o acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos. Trata-
101 se de um cofinanciamento para serviço de acolhimento de crianças e Adolescentes sob a tutela
102 do Estado. Deliberação nº 032/2015 e Resolução Ad Referendum nº 03/2015-CEAS e
103 Resolução nº 072/2016-SEDS e os valores para cada município são variáveis de acordo com
104 as metas mencionadas na Deliberação CEAS. O valor per capita é de R\$ 250,00/mês, por
105 criança. Pela Deliberação do CEAS, ela aponta para Toledo 30 metas. Significa que 30 metas

106 de R\$ 250,00, totalizam um valor mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), o que
107 dá no ano o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Considerando que todos os meses se
108 deveria receber R\$ 7.500,00, normalmente o que acontece é o valor ser recebido no semestre.
109 No ano passado foi recebido uma única parcela de R\$ 45.000,00, o que corresponde a metade
110 do recurso do ano todo, e nada mais. Desta forma, como o valor foi creditado de uma vez, o
111 que não permitiu se fazer um planejamento para utilizar os recursos todos os meses, tal crédito
112 aparece como um superavit, ou seja, até que se consiga realizar as licitações esse recurso
113 sobra de um ano para o outro, dando a falsa impressão de que está sobrando recursos.
114 Rosiany apresenta a planilha que demonstra a Execução Física e informa que na Prestação de
115 Contas deste 1º semestre de 2022, não houveram recursos. Percebe-se então pela planilha
116 que houve despesas, mas essas despesas foram executadas com o superavit dos recursos do
117 ano passado. Então está se prestando contas de algo que foi executado no 1º semestre/2022,
118 mas não de um recurso que entrou no decorrer deste ano, tendo havido o repasse em
119 julho/2022 de um valor que, acredita, será para o ano todo. Em seguida ela apresenta uma
120 tela do SIFF – Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo,
121 mostrando que como o Município já tem um número de metas que já vem pré-definido de 30
122 metas a serem cofinanciadas, a execução é preenchida como 30 metas, porém no 1º semestre
123 de 2022 foram atendidos 60 crianças e adolescentes. Foram 60 crianças e adolescentes que
124 passaram pelos serviços de acolhimento, sendo que somente na Casa II foram atendidas 27,
125 significa que somente com uma das casas quase se cumpriram as 30 metas. Lembrando
126 apenas que esses atendimentos não foram necessariamente concomitantes, ou seja, não
127 foram atendidas ao mesmo tempo. O investimento todo foi no valor de R\$ 22.023,07, todo em
128 material de consumo, 100% do recurso foi utilizado para gêneros alimentícios. Em outra tela do
129 SIT Rosiany mostra a previsão para o ano, de R\$ 90.000,00, com valor recebido de R\$ 0,00
130 (zero) e o gasto de R\$ 22.023,07 (vinte e dois mil, vinte e três reais e sete centavos), valor este
131 que vem de uma sobra de recursos do ano passado, porém nada foi recebido no 1º
132 semestre/2022. Na sequência é apresentado o valor previsto repassado pelo Fundo Nacional
133 que teria uma previsão de repasse de R\$ 180.000,00, foi recebido R\$ 30.620,36, mas foram
134 gastos R\$ 187.386,77. Recursos próprios do Município: previsto R\$ 371.153,65 no ano, foram
135 recebidos R\$ 522.865,13 e foram gastos R\$ 220.435,82. Na sequência ela mostra os totais dos
136 recursos do Fundo Municipal referente o repasse no exercício, com a soma da previsão de
137 todos os recursos no valor de R\$ 641.153,65, valores recebidos R\$ 553.485,49 e valores
138 gastos R\$ 429.845,66. Rosiany esclarece aos presentes que as notas fiscais da Prestação de
139 Contas estão todas no Setor de Contabilidade da Prefeitura e a SMAS tem todas elas em
140 arquivo digital, ficando disponíveis para serem repassadas ao CMAS inclusive, sendo que de

141 cada piso ou alguma deliberação que é lançada, se faz necessário todo esse processo no
142 sistema SIT. Por essa razão de vez em quando a SMAS está trazendo ou um plano de ação
143 para aprovar, ou uma prestação de contas referente a um piso ou alguma deliberação. A
144 Presidente Edmara pergunta sobre a prestação de contas sendo inerente a um recurso
145 recebido no ano passado que foi de R\$ 45.000,00, se neste ano de 2022 já foi recebido algum
146 recurso, ao que Rosiany responde que em julho/2022 foi recebido o valor que corresponde ao
147 1º semestre/2022. Se referindo ao valor que deixou de ser enviado no ano de 2021, a
148 Presidente Edmara pergunta se esse recurso é repostado, ao que Rosiany responde que não,
149 informando que isso acontece também com os repasses a nível federal, que é de acordo com a
150 disponibilidade orçamentária, de forma que nunca se sabe quando vem e qual valor que vem.
151 A Presidente Edmara observa que o serviço precisa ser feito, vem sendo feito e o recurso não
152 vem e faz uma pergunta: Se fosse dizer não ao recurso do Estado? Ao que Rosiany responde
153 que para o presente ano o recurso já foi aprovado e, apesar da reeleição do atual Governador,
154 não se sabe se a gestão vai permanecer como está, podendo haver uma reformulação. A
155 Presidente Edmara faz uma reflexão sobre a participação do Estado na política de assistência
156 ser pequena, sendo que o trabalho existe, são funcionários que demandam o preenchimento
157 da documentação, se não se pode comprar com esse orçamento, se não se pode fazer uma
158 previsão visto que não se tem a garantia do recurso, então é preciso pensar, fazer uma
159 discussão mais ampla, justamente para saber o que se pode fazer em relação a isso. A
160 conselheira e também Secretária de Assistência Social, Solange Silva dos Santos Fidelis faz
161 um esclarecimento sobre a destinação dos recursos ser somente para acolhimentos de
162 crianças e adolescentes; havendo em Toledo 03 (três) unidades de acolhimento de crianças e
163 adolescentes, sendo que para outros acolhimentos, de pessoa idosa ou de pessoa com
164 deficiência, no caso do cofinanciamento para residência inclusiva precisamos reformá-la, e
165 para pessoas idosas não há cofinanciamento nem Federal e nem Estadual. Assim como a
166 Casa de Passagem, são acolhimentos que ficam a cargo do Município. Embora não tendo em
167 mãos os números, a Sra. Solange informa que os acolhimentos de crianças e adolescentes, a
168 dois ou três anos atrás, o custo era em torno de R\$ 1.400.000,00 por ano, por unidade.
169 Considerando Toledo ter 3 unidades de acolhimento de crianças e adolescentes, somados aos
170 demais acolhimentos o município tem um custo de quase 5 milhões por ano em serviços e é
171 para vir um valor R\$ 90.000,00 do Estado, um valor praticamente irrisório. Cabe dizer que o
172 desgaste que é alimentar o SIT, precisando lançar nota por nota, todos os itens, sendo que se
173 uma nota tem 80 itens, os 80 itens precisam ser digitados, sendo essa uma questão que a Sra.
174 Solange sugere ser pautado junto ao CMAS a elaboração de um ofício ao CEAS solicitando a
175 atualização de um modelo para alimentação do sistema, bem como um ofício ao CEAS

176 informando os números de crianças e adolescentes acolhidos, o que não é uma particularidade
177 de Toledo; em diálogo com gestores da Regional, as demandas por acolhimento só aumentam,
178 principalmente pós pandemia, no qual sejam colocados os dados históricos que temos e os
179 custos, solicitando ao CEAS que debata com o Governo do Estado, solicitando ampliar esse
180 cofinanciamento, entendendo ela que, enquanto Conselho, é preciso fazer essa introdução
181 com o Conselho Estadual de Assistência Social. Nesse ponto a Presidente Edmara intervém
182 mencionando que também seja solicitado que haja uma regularidade efetiva dos repasses, o
183 que não vem ocorrendo. Retoma a palavra a Sra Rosiany destacando que por ser um
184 cofinanciamento nunca irá cobrir tudo, além de mencionar que R\$ 250,00 por pessoa já é um
185 valor irrisório; pensando no custo hoje de uma criança no acolhimento, no ano já resulta num
186 valor muito mais expressivo. Desta forma, essa previsão de R\$ 250,00 já é falha, e ainda não
187 vir o recurso na íntegra, ou pior que isso, não se ter a garantia de que o recurso virá, sendo
188 que é feito um planejamento, mas não se conta com esse recurso. Em nova intervenção a
189 Presidente Edmara de Souza fala sobre a falta do repasse dos recursos pelo Estado que
190 resulta que o Município acaba arcando também com essas despesas. A conselheira e
191 Secretária da SMAS Solange Fidelis lembra que esse cofinanciamento só existe porque a anos
192 atrás, quando se teve a criação dos Pisos Federais, o Governo Federal fazia uma pactuação
193 com o Estado. Exemplifica que se o Governo Federal repassava 15 mil, então 50% do que o
194 Governo Federal repassasse, o Governo Estadual deveria repassar. Então havia essa regra
195 para que tivesse a parte do Estado. Mas atualmente o único recurso é esse, que está regulado
196 como continuado, sendo enviado dessa forma. O conselheiro Rodrigo Daniel Gonçalves
197 Leandro sugere que se busque contato com os gestores dos municípios da região, de forma a
198 solicitar que também façam reivindicação semelhante, o que irá fortalecer o pedido, o que
199 recebe a concordância da conselheira e Secretária Solange, mencionando que se elabore um
200 documento a ser compartilhado com o Sr. Elias do Colegiado dos Gestores do Estado, para
201 debater e articular regionalmente esta demanda, articulando também com todos os Conselhos.
202 Encerrada a apresentação, a Presidente Edmara coloca para aprovação a deliberação da
203 Prestação de Contas, que é aprovada pelos presentes. Também indaga se todos concordam
204 colocar em deliberação o encaminhamento de ofício ao CEAS/PR, assinado em conjunto pelo
205 CMAS e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando a gestão junto ao Estado
206 para uma ampliação do cofinanciamento do PPAS IV, havendo a concordância de todos. **Item**
207 **C da pauta – Deliberar sobre o Relatório de Benefícios Eventuais referente ao 3º**
208 **Trimestre de 2022:** A Diretora do Departamento de Vigilância Socioassistencial, Rachel Lucia
209 Hech, faz a apresentação dos benefícios eventuais regulamentados na LOAS, que foram
210 concedidos no 3º trimestre de 2022, sendo: Auxílio-natalidade: no mês de julho foram

211 concedidos = 43, agosto = 55, e setembro = 39; autorizados no período em cada um dos
212 CRAS: CRAS I = 30, CRAS II = 22, CRAS III = 25, CRAS IV = 32, CRAS V = 16, e CRAS VI =
213 12; Totalizando = 137 benefícios concedidos no trimestre. Total entregue nos três trimestres:
214 472 benefícios. Auxílio-Funeral: em julho foram concedidos = 28, agosto = 09, e setembro = 02;
215 autorizados no período em cada um dos CRAS: CRAS I = 09, CRAS II = 08, CRAS III = 06,
216 CRAS IV = 07, CRAS V = 03, CRAS VI = 03, CREAS II = 02, e Casa de Passagem = 01;
217 totalizando = 39 benefícios concedidos no trimestre. Total entregue nos três trimestres: 114
218 benefícios. Auxílio Material - Passagens: em julho foram concedidas = 17, agosto = 26, e
219 setembro = 38; concedidas no período entre CRAS e CREAS: CRAS III = 02 e no CREAS II =
220 79; Totalizando = 81 passagens concedidas no trimestre, sendo 79 passagens na PSE e 02
221 passagens na PSB. Total entregue nos três trimestres: 187 passagens, sendo 181 passagens
222 na PSE e 06 passagens na PSB. Auxílio Material – Documentos: Foram contabilizados os
223 pedidos de 2ª vias de Registro Geral (RG), Certidão de Nascimento e Certidão de Casamento;
224 sendo que foram concedidos em julho = 167, agosto = 212, e setembro = 139; autorizados no
225 período em cada um dos CRAS e CREAS: CRAS I = 120, CRAS II = 136, CRAS III = 65, CRAS
226 IV = 66, CRAS V = 81, CRAS VI = 39, e no CREAS II = 11; Totalizando = 518 benefícios
227 concedidos no trimestre, sendo 507 pela PSB e 11 pela PSE. Total entregue nos três
228 trimestres: 1.275, sendo 1.251 benefícios na PSB e 24 benefícios na PSE. Benefício Eventual -
229 Kit Higiene: Este benefício é fornecido especificamente pela Equipe de Abordagem Social às
230 pessoas em situação de rua, tendo sido fornecidos pelo CREAS II e pela Casa de Passagem.
231 Em julho foram concedidos = 18, agosto = 19, e setembro = 18; totalizando 55 kits concedidos
232 no trimestre, sendo 35 pelo CREAS e 20 pela Casa de Passagem. Total entregue nos três
233 trimestres: 135 benefícios. Benefício Eventual - Cobertor: no mês de julho não houve
234 concessão, agosto = 30 e setembro = 13; totalizando 43 cobertores concedidos no trimestre.
235 Total entregue nos três trimestres: 60 cobertores. Benefício Eventual - DNA: não houve
236 concessão de exame no trimestre, tendo havido a concessão de 01 exame no ano. Benefício
237 Material – Auxílio Alimentação: Contabilizou-se os benefícios fornecidos de forma emergencial
238 e os fornecidos de forma continuada pelos projetos; em julho foram concedidas = 1.258
239 recargas de cartões, agosto = 1.310, e setembro = 1.366; lembrando que o limite de benefícios
240 por mês é de 1.400. Foram concedidos no período em cada um dos CRAS: CRAS I = 821,
241 CRAS II = 769, CRAS III = 759, CRAS IV = 682, CRAS V = 562, e CRAS VI = 341; O total de
242 recarga de cartões (Toledo é + Dignidade) no trimestre totalizaram = 3.934. Total entregue nos
243 três trimestres: 11.907. A Diretora Rachel menciona ter uma correção a fazer em relação ao
244 relatório relativo ao Auxílio Alimentação do trimestre referente aos meses de abril, maio e
245 junho/22, tendo havido uma nova avaliação conforme os valores pagos nas notas, tendo sido

246 verificado uma pequena diferença em relação aos números levantados pelo IDS, nos meses de
247 abril e maio, sendo que em abril foi apresentado a concessão de 1.262 benefícios e em maio
248 1.315, porém o número correto em abril foi de 1.300 benefícios e em maio 1.329 benefícios
249 concedidos. Aberto espaço para dúvidas sobre o relatório apresentado, a conselheira e
250 também Secretária da Assistência Social Solange faz uma observação em relação ao modelo
251 de apresentação do benefício Auxílio-Funeral, que anteriormente mostrava a concessão por
252 faixa etária, considerando ser um dado importante para se identificar qual público vulnerável
253 que está sendo atendido com esse benefício. Cita por exemplo óbitos de bebês atendidos com
254 Auxílio-Funeral, sendo um dado importante para se buscar informações em relação a saúde,
255 sendo sabido sobre um alto índice de bebês falecidos, de famílias de imigrantes que
256 porventura tenham encontrado dificuldades, até pela questão cultural, no acompanhamento do
257 pré-natal, dados que julga importantes serem novamente incluídos nos próximos relatórios. A
258 Sra. Solange informa o óbito de uma pessoa em situação de rua que estava no acolhimento na
259 Casa de Passagem, que era morador de rua em Toledo por muitos anos, com um quadro
260 crônico de saúde, sendo eventualmente acolhido, e que no último acolhimento realizado o
261 mesmo sentiu-se mal, foi encaminhado para internamento hospitalar, vindo a falecer após três
262 dias. Destaca o trabalho da equipe que cuidou de todos os trâmites para o funeral, articulando
263 com familiares residentes em Cascavel, que mesmo que os vínculos estivessem rompidos
264 ficaram sensibilizados com o acolhimento. A Presidente Edmara coloca o Relatório de
265 Benefícios Eventuais referente ao 3º Trimestre de 2022 para aprovação, sendo aprovado por
266 todos. **Item D da Pauta - Deliberar sobre o relatório de atendimentos realizados na rede**
267 **socioassistencial do município referente ao 2º quadrimestre de 2022:** A Diretora do
268 Departamento de Vigilância Socioassistencial, Rachel Lucia Hech menciona que de acordo
269 com solicitação feita pelo CMAS, o formato da apresentação dos números foi feita de maneira a
270 responder os questionamentos feitos no ofício recebido. No primeiro item, referente
271 atendimentos realizados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no quesito
272 Capacidade de Atendimentos, separados por Governamental e Não Governamental, que
273 executam o serviço de convivência, para o Projovem a capacidade do CRAS I é 40, CRAS II é
274 40, CRAS III é 30, CRAS IV é 40, CRAS V é 30, Florir é 60, NACA é 80, Unidade Social São
275 Francisco é 180 e a Unidade Social Coopagro é 120. Das Não Governamentais, a meta
276 pactuada com o Governo de cofinanciamento é: A Ação Social a capacidade é de 300, Casa de
277 Maria é de 450, Creche Ledi Maas é de 40 e Aldeia Infantil Betesda é de 80. Informa que todos
278 os serviços de convivência durante o 2º quadrimestre tiveram ampliação dos números e mostra
279 um comparativo entre os números de maio e agosto, onde fica evidenciado que os números de
280 agosto estão próximos de atingir a capacidade de cada Serviço de Convivência, conforme

281 passa a apresentar: Pro-Jovem do CRAS I com 27 ativos; CRAS II com 25 ativos; CRAS III
282 com 20 ativos; CRAS IV com 26 ativos; CRAS V com 29 ativos; Florir com 31 ativos; NACA
283 com 54 ativos; Unidade Social São Francisco com 104 ativos e na Unidade Social Coopagro
284 com 89 ativos. Nas Não Governamentais, a Ação Social cuja meta é 300 e está atendendo 332;
285 Casa de Maria cuja meta é 450 e está atendendo 424; Creche Ledi Maas, cuja meta é 40 e
286 está atendendo 40; e Aldeia Infantil Betesda com meta de 80 e está atendendo 80. Em seguida
287 a Diretora Rachel passa a apresentar os números de inserções mês a mês e destaca que o
288 mês de maior número de inserções foi o mês de agosto para a maioria dos serviços, sendo que
289 a maior inserção na área governamental foi na Unidade Social Coopagro com 16 e na não-
290 governamental foi na Casa de Maria, tanto no mês de maio como no mês de junho, sendo o
291 maior número de inserções no mês de maio com 31 novas crianças. Relata que na Unidade
292 Social São Francisco não há registro de inserções em alguns meses devido que referida
293 unidade estava sem internet, não tendo inserido no IDS a entrada e saída das crianças,
294 estando regularizados os registros a partir de setembro. Com referência aos desligamentos, a
295 Diretora Rachel demonstra que o maior número de desligamentos na área governamental foi
296 no NACA, em maio, com 9 crianças desligadas, seguido pelo CRAS Europa com 6
297 desligamentos. Em agosto o CRAS V teve 9 desligamentos. Nos demais, os números se
298 mantem em número de 01, 02 ou 03 desligamentos. Nada área não governamental a Casa de
299 Maria teve muitas inserções mês a mês, mas também teve muitos desligamentos mês a mês.
300 Cita o mês de maio que teve 31 inserções mas desligou 27, ou seja, teve um número alto de
301 inserções mas também um número alto de desligamentos. A Ação Social São Vicente de Paulo
302 também teve 31 desligamentos no mês de agosto, mas ainda estão acima da meta, atendendo
303 323 crianças. **Demanda Reprimida:** A Diretora Rachel informa que nos serviços de convivência
304 não são todas as unidades que tem demanda reprimida, tendo esse registro a Unidade Social
305 São Francisco com 52 crianças e o NACA com 04 crianças. Na área não governamental, a
306 Ação Social com 12 e a Casa de Maria com 14, ressaltando que a Casa de Maria mesmo não
307 completando as 450 metas tem demanda reprimida por serem para o turno da tarde, que se
308 encontra lotado. Da Proteção Social Básica referente ao CRAS, em relação a todos os registros
309 de atendimentos particularizados registrados pelas equipes. Destaca que não foram somadas
310 atividades coletivas e sim atendimentos. Demonstrando os meses que registraram maior
311 número de atendimentos, o CRAS I no mês de agosto teve 2.257, somando no quadrimestre
312 8.335 atendimentos. O CRAS II o mês que mais atendeu foi no mês de junho com 2.026 e um
313 total no quadrimestre de 7.221 atendimentos. CRAS III o mês com maior número de
314 atendimento foi o mês de agosto, com 2.019 e um total no quadrimestre de 6.945
315 atendimentos. O CRAS IV o mês que mais atendeu foi no mês de julho, com 2.152

316 atendimentos e um total de 8.252 atendimentos no quadrimestre. O CRAS V o mês que mais
317 atendeu foi no mês de junho, com 1.394 e um total no quadrimestre de 4.436 atendimentos. O
318 CRAS VI o mês que mais atendeu foi em agosto, com 662 atendimentos e um total no
319 quadrimestre de 2.256 atendimentos, lembrando que o CRAS VI atende o interior do Município,
320 tendo menor tempo de atendimento devido a necessidade de deslocamentos. No total de
321 atendimentos de todos os CRAS, no mês de maio foram 9.211 atendimentos; no mês de junho
322 9.590 atendimentos; no mês de julho 9.173 atendimentos e no mês de agosto 9.971,
323 totalizando no quadrimestre 37.945 atendimentos. **Usuários Atendidos:** A Diretora Rachel
324 esclarece que se refere a usuários sem repetições, ou seja, independente de quantos
325 atendimentos o usuário teve no mês, ele será considerado uma única vez. Assim sendo, o
326 CRAS I teve o maior número de atendidos diferentes no mês de agosto, com 1.326 pessoas; o
327 CRAS II o mês com maior número foi no mês de junho com 1.230 pessoas; CRAS III o mês
328 com maior número foi o mês de agosto com 1.265 pessoas; o CRAS IV o mês que maior
329 número também foi em agosto com 1.138 pessoas; o CRAS V o mês com maior número foi no
330 mês de maio com 615 pessoas e o CRAS VI o mês com maior número foi em agosto com 320
331 pessoas. No quadrimestre o número de pessoas atendidas foi: em maio = 4.506 pessoas; em
332 junho = 4.930 pessoas; em julho = 4.913 pessoas e em agosto = 5.616 pessoas. **Cadastro**
333 **Único dentro da Proteção Social Básica:** Conforme foi solicitado, considerando que foi
334 apresentado por completo na reunião anterior, a Diretora Rachel passou a apresentar os
335 números totais de entrevistas realizadas no quadrimestre em cada CRAS: CRAS I = 980
336 entrevistas; no CRAS II = 772 entrevistas; no CRAS III = 816 entrevistas; no CRAS IV = 635
337 entrevistas; no CRAS V = 575 entrevistas e no CRAS VI = 251 entrevistas. Total do
338 quadrimestre: 4.029 entrevistas. Lembrando que temos 13 mil famílias, concluindo que no
339 quadrimestre 30,99% dessas famílias foram atendidas. Se referindo a demanda reprimida para
340 entrevistas de Cadastro Único, a Diretoria informa que devido aos mutirões e às ações da
341 Vigilância nos CRAS, se conseguiu reduzir bastante o número da demanda, demonstrando que
342 em maio havia 3.877 famílias na demanda reprimida e em agosto havia 2.518 famílias e em
343 setembro 2.300 famílias. Com relação a **demanda reprimida do Auxílio-Alimentação**, que
344 sempre foi apresentado no relatório trimestral, porém atendendo solicitação, passou a ser
345 incluído no relatório quadrimestral A Diretora Rachel passa a apresentar os números. Por mês,
346 o total em maio foi de 848 usuários na demanda; em junho foi de 794 usuários; em julho foi
347 1.084 usuários e em agosto foi 923 usuários. Ela lembra que no último relatório bimestral a
348 demanda havia diminuído, porém em julho já houve um aumento. A Presidente Edmara de
349 Souza pergunta se há uma explicação para a demanda ter aumentado, ao que a Diretora
350 informa não ter havido um cruzamento com a lista de espera. A Presidente Edmara justifica sua

351 pergunta visto que no mês de julho foi percebida a chegada de famílias de outros Estados que
352 buscaram atendimento na Casa de Maria, podendo ser esta a razão também no aumento da
353 procura pelo auxílio alimentação. A conselheira e também Secretária da SMAS Solange
354 menciona que o contrato vigente permite ampliar em até 25% os atendimento do cartão Toledo
355 +Dignidade, desta forma o limite para expansão que se pretende realizar para o ano de 2023 é
356 de 1.750, o qual atualmente é de 1.400 benefícios, com meta de ampliar o valor de R\$ 130,00
357 para R\$ 200,00, sendo importante haver uma reflexão sobre qual o atual cenário que se está
358 vivendo, visto que historicamente nunca se teve essa demanda, sugerindo um debate mais
359 amplo para entender a necessidade das famílias buscarem esse auxílio, ao mesmo tempo que
360 mesmo havendo vagas de trabalho há uma dificuldade no seu preenchimento. A Diretora
361 Rachel informa também que as famílias que acessam o auxílio-alimentação não estão
362 necessariamente desempregadas pois a avaliação do benefício independe da família ter renda
363 ou não, uma vez que as despesas que a família tem podem dificultar o acesso a alimentação. A
364 Conselheira Cíntia Regina Brun, também Coordenadora do CRAS III contribui com a
365 explanação do tema, ressaltando que todos os atendimentos do Auxílio-Alimentação são objeto
366 de avaliação pela equipe técnica dos CRAS, sendo que algumas famílias são incluídas em
367 projetos e são beneficiadas por alguns meses de forma contínua e as demais são atendidas de
368 forma eventual, sendo que uma minoria das famílias solicitantes não se enquadram nos
369 critérios para receber o atendimento. Em continuidade à apresentação, a Diretora Rachel Hech
370 passa a apresentar sobre os acolhimentos da alta complexidade e menciona os Serviços de
371 Proteção Básica no domicílio feitos pela APAE, especificamente os atendimentos
372 particularizados, sendo que a capacidade na Básica é de 60 e, exceto em julho que no IDS há
373 o registro de 59, nos demais meses os acolhimentos totalizaram 60 acolhimentos. A
374 conselheira representante da APAE, Ana Clara Schneider registra haver uma divergência na
375 informação e menciona que no mês de julho também foram 60 acolhimentos. Nos
376 atendimentos particularizados, que são ofertados pelas equipes técnicas, o mês de maio foi o
377 que teve o maior número de atendimentos, num total de 64, dentro do quadrimestre, não
378 havendo demanda reprimida no momento. Na Média Complexidade temos os CREAS e a
379 APAE, sendo que no CREAS I o mês com maior número foi em junho com 527 atendimentos e
380 no CREAS II o mês com maior número foi em agosto com 827 atendimento. No quadrimestre o
381 total de atendimento no CREAS I foi de 1.977 e no CREAS II, foi 2.600, o que totalizou 4.577
382 atendimentos nos CREAS. Na APAE o mês com maior número de atendimentos foi em junho
383 com 34, registrando no quadrimestre um total de 125 atendimentos. Com relação aos usuários
384 ativos no sistema, nos CREAS a Diretora informa não ter sido possível fazer uma mensuração
385 mensal, tendo sido utilizada a referência do bimestre maio/junho e julho/agosto. Desta forma,

386 em junho no CREAS I havia 130 ativos e no CREAS II havia 129, totalizando 259 famílias. Em
387 agosto no CREAS I havia 142 ativos e no CREAS II havia 212, totalizando 344 famílias. Na não
388 governamental, que é a APAE, permaneceu com 20 em cada mês do quadrimestre. Referente
389 a demanda reprimida, em junho foi registrado um total de 259 e em agosto 344. A APAE não
390 tem demanda reprimida. Seguindo a apresentação passa aos números de demanda reprimida
391 por serviços dos CREAS: Serviço de Criança e Adolescente: CREAS I em junho tiveram 102
392 crianças em demanda reprimida e em agosto 90 crianças. No CREAS II tiveram 149 crianças e
393 em agosto 136, num total de 251 usuários em demanda reprimida em junho e 226 em agosto,
394 havendo uma redução no bimestre. Com relação ao Idoso, a soma nos dois CREAS totalizou
395 76 idosos na demanda reprimida e em agosto 58 idosos. No PCD em junho e agosto tiveram 8
396 usuários na demanda reprimida. PLA e PSC não registraram demanda reprimida. Mulher, em
397 junho teve 23 e em agosto 22 na demanda reprimida. Passando para a Alta Complexidade,
398 Rachel Hech esclarece serem os acolhimentos institucionais, havendo na área governamental
399 5 acolhimentos e 2 não governamentais. Nas unidades de acolhimento de crianças e
400 adolescentes a capacidade de atendimento é de 20 cada uma, na Residência Inclusiva que
401 atende PCD adulto temos a capacidade de atender 10 e na Casa de Passagem que atende
402 pessoas em situação de rua a capacidade de atendimento é para 30 usuários. Na não
403 governamental, a APA tem capacidade de atender 18 e a APAE é 2. Em relação aos
404 atendimentos, a Diretora Rachel lembra que o acolhimento é um atendimento de 24 horas e os
405 números a serem apresentados na sequência são os que constam no IDS. Casa Abrigo Menino
406 Jesus I em junho foram 37 acolhimentos; na Casa Abrigo Menino Jesus II foram 46, na Casa
407 Abrigo de Adolescentes o mês com maior número foi em junho com 86 atendimentos, na
408 Residência Inclusiva o maior número foi em julho com 34 atendimentos, Casa de Passagem o
409 maior número foi no mês de maio com 99 atendimentos. A APA tem atendimentos continuados
410 de 10 atendimentos por mês, tendo em agosto aumentado para 11 usuários acolhidos. A APAE,
411 conforme registro no sistema teve 4 nos meses de maio e junho e 2 em julho e agosto.
412 Referindo o **número de acolhidos**, ela relata que o maior número de crianças e adolescentes
413 se deu em julho e agosto, sendo registrados em agosto 19 acolhidos na Casa Abrigo Menino
414 Jesus I e na Casa Abrigo Menino Jesus II com 28 acolhidos, na Casa Abrigo Adolescentes
415 houve 14 acolhidos no mês de agosto, destacando não ser somente adolescentes, havendo
416 composição com crianças, a ser posteriormente explicado, na Residência Inclusiva o registro a
417 cada mês é de 3 usuários. **Na** Casa de Passagem houve bastante oscilação, sendo que o mês
418 com maior número de acolhidos foi o mês de julho com 29 acolhidos, esclarecendo que neste
419 relatório não se contemplou a ação do frio, o que se pretende incluir no próximo ano. Referindo
420 sobre os **Inseridos**, o mês que mais registros teve na Casa Abrigo Menino Jesus I foi no mês

421 de julho com 7 inserções , na Casa Abrigo Menino Jesus II também no mês de julho foram 8
422 inserções, na Residência Inclusiva não houve alteração, na Casa de Passagem o mês com
423 maior número foi em maio com 25 inserções. **Desligados:** Os meses com maior número de
424 desligamentos foram: na Casa Abrigo Menino Jesus I foram 5 crianças e nas outras duas casas
425 1 criança em cada uma, na Residência Inclusiva não teve e na Casa de Passagem o mês de
426 julho teve 27 desligamentos. **Demanda Excedida,** apenas na Casa Menino Jesus II com 7
427 crianças a mais no mês de agosto, porém a outra unidade está acolhendo o que seria da Casa
428 Menino Jesus II. Na área não governamental, a APAE até maio e junho estava com 4 e nos
429 meses seguintes com 2 acolhidos a mais, e a APA com 10 acolhidos em todos os meses tendo
430 aumentando para 11 em agosto. Desligados na não governamental, a APAE teve 2 durante o
431 quadrimestre. Feitas algumas considerações sobre os números apresentados e o formato do
432 relatório, a Presidente Edmara de Souza coloca em votação os relatórios apresentados, sendo
433 aprovados pela plenária. Antes de dar seguimento aos itens da pauta, a conselheira e
434 Secretária da Assistência Social Sra. Solange solicita à Presidente Edmara de Souza uma
435 inversão na ordem da pauta, antecipando o **item “b” dos Informes** em razão de precisar
436 ausentar-se por outro compromisso na sequência. Todos de acordo, a Secretária Solange
437 Fidelis passa a prestar esclarecimentos referentes a abertura de nova Casa Abrigo, informando
438 inicialmente que atualmente o Município tem uma capacidade limite de 60 crianças e
439 adolescentes, sendo três casas, cada uma com capacidade para 20 acolhimentos, porém
440 dentro da organização estrutural existente duas casas atendem crianças nas faixas etárias de 0
441 a 6 anos na Casa Abrigo Menino Jesus II e na Casa Abrigo Menino Jesus I de 7 a 12 anos e a
442 Casa dos Adolescentes. Lembrando que quando há irmãos crianças e adolescentes é feita
443 uma avaliação sobre qual casa será alocado aquele grupo de irmãos, sendo que essa divisão
444 por faixa etária visa adequar melhor com a estrutura de recursos humanos para o atendimento
445 das crianças daquela casa, sendo que o número de cuidadores é maior nas casas que
446 acolhem crianças de menor idade. Relata que atualmente há um número alto de crianças
447 acolhidas na Casa dos Adolescentes, havendo várias complexidades, tais como: a Casa Abrigo
448 Menino Jesus I além de estar atendendo dentro de sua capacidade limite de 20, ainda precisa
449 disponibilizar 1 dos quartos com uma UTI montada para atendimento de 1 criança; outra
450 particularidade, são casos de condições graves de saúde mental e cita o caso de uma criança
451 residente na Casa Abrigo Menino Jesus I que apresenta um quadro severo, o que demanda
452 uma atenção diferenciada, visando a proteção dessa criança e das demais; Na Casa Abrigo
453 Menino Jesus II atualmente há 27 crianças, excedendo em 7 a capacidade da casa que é para
454 20 crianças; Na Casa dos Adolescentes, embora esteja abaixo da capacidade com 17
455 residentes, entre elas há 7 crianças pequenas, de bebês até 6 anos, o que gera uma demanda

456 de recursos humanos que não se fazia necessária visto atender somente adolescentes,
457 havendo 3 adolescentes com quadros de saúde mental agravados, o que também demanda
458 uma atenção diferenciada de atendimento. Informa ter havido discussões junto ao Conselho
459 Tutelar, bem como por levantamentos junto aos CREAS sobre situações familiares limite que já
460 sinalizam a necessidade de acolhimentos, sendo que muito embora se tenha uma projeção de
461 7 desligamentos já se tem 16 inserções previstas. Diante desses dados e da realidade que se
462 está vivenciando, principalmente pelo contexto pós pandemia e suas consequências, a partir
463 desse cenário, após reunião com o Prefeito Municipal foi decidido pela implantação, com
464 urgência, de uma nova Casa Abrigo, para que se possa dar melhores condições às crianças
465 que estão na Casa dos Adolescentes e que possam ser remanejadas para as Casas Abrigo
466 próprias para suas idades e conseguir acolher as inserções previstas. Esclarece que a partir
467 dessa decisão já foi elaborado um plano para a contratação de recursos humanos, que
468 somente para as casas abrigo existentes há uma necessidade de contratação, que devido a
469 pandemia vinha sido suprida através de processos seletivos simplificados, havendo em lei um
470 número limite de profissionais que pudessem ser contratados. Desta forma, somente para
471 recompor o quadro de pessoal das casas abrigo, já se fazia necessário solicitar à Secretaria de
472 Recursos Humanos da Prefeitura alteração da Lei, e agora com a decisão pela implantação de
473 uma nova casa abrigo, foi solicitado ao RH da Prefeitura a elaboração de um Projeto de lei para
474 ser encaminhado para a Câmara Municipal para alteração da lei vigente, permitindo aumentar o
475 limite de servidores, além de lei que altere o Plano de Cargos e Salários visto a necessidade de
476 se ter mais um cargo de Coordenação, sendo que serão necessários 27 novos servidores para
477 compor essa nova Casa Abrigo. Além disso, se faz necessário locar um imóvel, que seja
478 adequado para abrigar crianças, com vários quartos, cuja busca já foi iniciada, e
479 posteriormente essa casa precisa ser toda mobiliada, o que deverá ser feito por processos
480 licitatórios que normalmente demandam em torno de 90 dias desde as pesquisas de preços,
481 elaboração de editais e todos os demais trâmites, por esta razão está se tratando tudo com
482 urgência para que se consiga estar com essa nova casa abrigo instalada até final de
483 dezembro/22 em condições de funcionamento. Ressalta-se que atualmente já estamos num
484 cenário crítico e caso se concretize os 16 novos acolhimentos, essas crianças terão que ser
485 acolhidas nas casas já existentes, mesmo que precisando improvisar acomodações. A
486 Secretária ressalta que o desejo de todos seria não expandir acolhimentos e sim ampliar
487 investimentos na proteção básica, porém em razão de diversos fatores, entre os quais o
488 crescimento da população e conseqüentemente um aumento nos casos de violência, a
489 implantação de uma nova casa abrigo se faz necessária. Concluída a explanação, a
490 conselheira Tatiani Maria Finkler de Lima pergunta por quê implantar uma nova casa abrigo e

491 não ampliar as casas existentes? Ao que a Sra. Solange esclarece que nos acolhimentos
492 institucionais existem as Casas Lar com até 10 acolhimentos, a Residência Inclusiva que
493 também é até 10 acolhimentos e as Casas Abrigo que o limite são 20 acolhimentos por
494 unidade, justamente para descaracterizar estas casas como os antigos orfanatos que
495 abrigavam até 100 crianças, sendo que as casas abrigo tem um caráter o mais próximo
496 possível de uma casa residencial. A Professora da Unioeste Quéli Flash Anschau pergunta se
497 não se teria pensado em famílias acolhedoras, considerando que a família acolhedora gera no
498 momento da individualização uma possibilidade de vínculo solidário/compromisso, embora não
499 signifique que seja mais econômico. A Secretária Solange informa que com base em estudo
500 realizado na região em 2016, buscando conhecer as experiências de família acolhedora, o que
501 se constatou foi o sucateamento dos serviços visto que as equipes técnicas não conseguiam
502 acompanhar as famílias pela particularidade das crianças estarem nas casas e o baixo valor de
503 repasse para essas famílias acolhedoras, havendo várias considerações que atualmente
504 indicam não ser o serviço mais adequado. Diz ainda que o investimento atualmente é alto,
505 porém as crianças acolhidas nas casas abrigo não ficam isoladas, participando de atividades
506 nos CMEIs, nos serviços de convivência, nas escolas, participam de projetos, tendo mais
507 possibilidades de inserção na vida comunitária e acesso à rede de políticas públicas. Nesse
508 ponto o conselheiro Rodrigo Daniel faz uma intervenção sobre se fazer uma discussão a
509 respeito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, não apenas negando a
510 possibilidade, mas para 2023 ou 2024 serem estabelecidas 3 ou 5 metas, ao que a Secretária
511 Solange responde ser uma questão de decisão de gestão; que partindo do estudo
512 apresentado, neste momento se decidiu avançar nessa metodologia, não significando que
513 assim será sempre. Cristiane Carla Konno pede a palavra e destaca a importância desse
514 esclarecimento sobre a implantação da nova casa abrigo, com a justificativa de que se há uma
515 meta estabelecida que não pode ser ampliada para as casas abrigo já instaladas, e
516 considerando a decisão já tomada de instalação de uma nova casa, permite ao Conselho
517 Municipal de Assistência Social pressionar que o serviço seja público e de responsabilidade
518 inteiramente do Estado, considerando que na prática o que se vê é que o Estado nunca
519 garante a sua contribuição, principalmente na proteção social especial, o Município acaba
520 investindo, tendo que garantir os recursos que não vem. A Presidente Edmara de Souza indaga
521 a conselheira e Secretária da SMAS Sra. Solange sobre quando começou a discussão sobre
522 uma nova casa abrigo uma vez que não passou pelo CMAS, nem pelo Conselho da Criança,
523 manifestando preocupação, considerando o alto custo de manutenção, seja pela contratação
524 de 27 novos servidores, num espaço com 24 horas de atendimento, sendo que a proteção
525 básica também está defasada, considerando que essa discussão precisaria ter passado pelos

526 Conselhos. A Secretária Solange esclarece que em razão da urgência, por já existir a
527 demanda, sendo que não se havia feito um estudo prévio para se ter uma projeção, e devido
528 que recorrentemente se passou a ter acolhimentos nos últimos meses, principalmente de
529 familiares com 4 ou 5 crianças, se fez um estudo emergencial e se constatou tal necessidade,
530 sendo dado conhecimento ao Prefeito, o qual junto com a equipe da Gestão, tomou-se a
531 decisão pela implantação, e devido a urgência, foi feito o anúncio de forma a se dar o
532 encaminhamento junto à Câmara de Vereadores. Contribuindo nos esclarecimentos a Diretora
533 de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Marília Borges Leite informa a intenção de
534 apresentar ao Conselho numa próxima reunião os perfis dessas crianças acolhidas, detalhando
535 se são de famílias que já eram atendidas pela, se a maioria dessas crianças são grupos de
536 irmãos. Nesse momento a Presidente Edmara de Souza menciona que em reunião no
537 Conselho da Criança na semana anterior, devido o anúncio da implantação da nova casa
538 abrigo, houve uma certa divergência de ideias a respeito, e declarou sua preocupação com
539 essa implantação, sem antes ter havido uma discussão sobre se esta era a única solução no
540 momento devido o alto custo. Também a conselheira Eliane Saldanha Brum pergunta se essa
541 demanda futuramente pode ser considerada desnecessária visto que é sabido que assim como
542 a demanda pode inflar, ela pode se dissolver, ao que a Secretária Solange diz não se ter como
543 projetar se haverá dissolução, mas considerando que a cidade está crescendo e junto com
544 esse crescimento crescem também os números de vulnerabilidade e violência, não há como se
545 ter uma previsão, porém havendo uma redução de demanda que permita o fechamento de uma
546 dessas casas, encerra-se o contrato de aluguel e remaneja-se a equipe. Em vista dos
547 esclarecimentos feitos pela Secretária Solange, o conselheiro Rodrigo Daniel fala que, embora
548 tenha manifestado seu parecer sobre não ser essa a única alternativa, parecendo que seu
549 posicionamento seja contrário, ele corrobora com a decisão pela implantação da nova casa. A
550 conselheira Cristhiane Loiva Novello também se manifesta dizendo que antes dos
551 esclarecimentos julgava ser só o impacto da pandemia, porém entendeu que vai além disso, e
552 no que vivencia na Saúde, quando se amplia a cobertura na básica, borbulha a demanda.
553 Reforça dizendo que não podemos ser ingênuos julgando que ao ampliar a cobertura da
554 proteção básica vai se identificar mais situações que precisam ser apuradas nos CREAS.
555 Estando esgotados os questionamentos e todos satisfeitos com os esclarecimentos, a
556 Presidente Edmara agradece os esclarecimentos feitos pela conselheira e Secretária Solange e
557 dá seguimento aos itens da pauta. **Item E da Pauta - Deliberar sobre a substituição da**
558 **presidência da Comissão de Fiscalização:** A Presidente Edmara informa que em razão da
559 saída da Noriane Kaynna da Silva Ameida e do Leandro Henrique Bonotto, temos agora a
560 entrada do Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro e da Isabel Cristina dos Santos Marques, e

561 tendo em vista que a Noriane era também presidente da Comissão, se faz necessário definir
562 quem assumirá a presidente. Para tanto, para conhecimento de todos, relaciona os atuais
563 membros: D. Dominga, Eliane, Everton, Jaqueline, Suzamar, Tatiane, Vilma, Wellington, Isabel
564 e Rodrigo. Por consenso entre os presentes é indicado para assumir a Presidência da
565 Comissão de Fiscalização o conselheiro Everton Chaves Maria. **Item F da Pauta - Deliberar**
566 **sobre a substituição de representantes suplente para a Comissão do Programa Bolsa**
567 **Agente de Cidadania da SMDH:** A Secretária Greice Kelly informa que a representante titular
568 é a Pamela Ritter, sendo necessária a escolha de uma suplente entre os conselheiros, sendo
569 eleita a conselheira Eliane Saldanha Brum. A Presidente Edmara coloca em votação, sendo da
570 concordância de todos. **Item I da Pauta – Solicitação de Apoio dos CJUS ao CMAS frente**
571 **ao não pagamento da Bolsa Agente de Cidadania.** A Coordenadora do Centro da Juventude
572 Coopagro, Pamela Ritter se apresenta e informa aos presentes que naquele espaço são
573 atendidos jovens de 12 a 29 anos e dentro daquele espaço é executado um programa do
574 Estado chamado Agente de Cidadania no qual esses jovens recebem uma bolsa no valor de
575 R\$ 306,00 para que, empregando 40 horas mensais, montem e executem projetos para outros
576 jovens, dentro de suas habilidades. Ela informa estarem enfrentando um problema muito sério,
577 visto que por dois meses esse recurso não tem sido repassado pelo Estado para os 28 CJUs
578 do Estado. Em razão disso ela informa que um documento está sendo elaborado para ser
579 encaminhado para o CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e
580 para o CONJUTO – Conselho Municipal da Juventude de Toledo e precisam pressionar para
581 que seja regularizado e querem o apoio do CMAS, visto que dentro do Estado do Paraná os
582 CJUS estão vinculados à Assistência Social. Feitas as considerações sobre o assunto pelos
583 presentes, a Presidente Edmara coloca em votação a aprovação da assinatura do referido
584 documento, sendo aprovado por todos. **Item H da Pauta - Relato das Comissões de**
585 **Trabalho do CMAS:** A Presidente Edmara de Souza deixa em aberto para os/as presidentes
586 das comissões explanarem sobre as reuniões ocorridas. **Comissão Técnica:** A presidente da
587 Comissão Cíntia Regina Brun, relata que seguiram na mesma lógica do que foi apresentado
588 no mês passado e informa que quase todos os processos estão analisados e que as duplas já
589 estão se organizando conforme cronograma para concluir a análise dos processos faltantes e
590 conforme está sabendo a Comissão de Fiscalização já tem algumas visitas sendo feitas e
591 informa que o processo do CIEE, que a vários anos vem pleiteando a inscrição junto ao CMAS,
592 as adequações que eram necessárias para atender as exigências da política da assistência
593 social foram finalizadas. Dentre essas adequações tiveram que realizar uma mudança no seu
594 Estatuto Social para ficar em conformidade com um dos critérios para se enquadrar como
595 entidade de defesa e garantia de direitos, estando agora condizente ao que o Conselho

596 preconiza, por esta razão o parecer da Comissão Técnica é favorável, seguindo o processo
597 para a Comissão de Fiscalização junto com os demais processos. A conselheira Cíntia Regina
598 Brun observa que numa próxima reunião que se proponha alguma mudança do Regimento
599 Interno ou das Comissões, que em virtude do CIEE não ser uma entidade que presta
600 atendimento mas como entidade de defesa e garantia de direitos, foi identificado pela
601 Comissão que os instrumentais do Conselho não estavam adequados, visto que nunca tivemos
602 atividade de assessoramento de garantia de direitos, cabendo agora a Comissão Técnica criar
603 novos documentos, porque além do CIEE poderemos ter outras entidades ou instituições que
604 venham se inscrever e precisamos nos adequar. **Comissão de Fiscalização:** O Presidente da
605 Comissão Everton Chaves Maria relata que juntamente com a conselheira Jaqueline Nadir da
606 Silva de Souza realizaram visita à Casa de Maria e a APAE. Com relação a Casa de Maria ele
607 informa que pelos apontamentos feitos pela Comissão Técnica em relação aos Alvarás está
608 tudo de acordo, o serviço está sendo executado conforme o Plano de Ação, tem uma boa
609 estrutura física e de iluminação, tudo adequado para atender a demanda, tem um bom
610 relacionamento com a rede, seja com o CREAS, CRAS ou Conselho Tutelar, sendo que em
611 relação a parte de RH, Financeiro e Administrativo está tudo de acordo, sendo o parecer
612 favorável para a manutenção da inscrição da Casa de Maria no CMAS. Considerando que a
613 Presidente Edmara de Souza é também a representante da Casa de Maria no CMAS, o Vice-
614 Presidente Sr. Wellington Cassio Barbosa da Silveira coloca em votação a manutenção da
615 inscrição da Casa de Maria no CMAS, sendo aprovado pelos presentes. Em seguida a
616 conselheira Jaqueline relata que juntamente com o conselheiro Everton realizaram a visita à
617 APAE, sendo recebidos pela equipe que lhes passaram toda a rotina de trabalho e organização
618 dos serviços, havendo três serviços: proteção básica, no atendimento a domicílio a pessoas
619 com deficiência; serviços de média complexidade, no atendimento a pessoas com deficiência
620 com violação de direitos; e nos serviços de acolhimento, tendo visitado a casa onde estão
621 acolhidos dois usuários, sendo este um serviço que não é cofinanciado. Complementando, o
622 conselheiro Everton relata que a documentação apontada pela Comissão Técnica foi
623 apresentada, sendo o parecer favorável pela manutenção da APAE. Em votação, a
624 manutenção da inscrição da APAE no CMAS é aprovada por todos. Antes de dar sequência
625 aos relatos, a conselheira Cíntia faz uma observação para todos os conselheiros que venham
626 integrar alguma comissão futuramente, que não ter CEBAS não é impeditivo para passar pela
627 Comissão Técnica nem pela Comissão de Fiscalização, uma vez que a inscrição no Conselho
628 está nos critérios do CEBAS. Também a conselheira e Secretária Sra. Solange considera
629 importante seguir o instrumental para a apresentação, que é a Folha de Rosto, que é um
630 padrão, uma vez que nem todos os conselheiros conhecem, sendo adequado falar sobre o

631 serviço que a entidade executa, quantos atendimentos são prestados, trazendo o detalhamento
632 previsto naquele instrumental, que foi feito para essa finalidade. Dando prosseguimento, a
633 Secretária Executiva informa que também foram realizadas visitas à APA e ao CRASII,
634 passando a palavra às respectivas relatoras. A conselheira Pâmela Ritter passa a relatar sobre
635 a visita que ela e a Irmã Vilma realizaram na APA – Associação Promocional e Assistencial de
636 Toledo, uma entidade que funciona 24 horas ininterruptas, nos 7 dias da semana, atendendo
637 pessoas idosas. É uma casa lar onde desenvolvem a proteção especial da assistência social,
638 num número total de 24 idosos. Informa que a visita foi realizada no dia 14 de setembro de
639 2022 e foram recebidas pela Coordenadora Esther, pela Assistente Social Geonice e pela
640 Solange, Técnica Responsável pela Enfermagem. A estrutura física da entidade é própria,
641 sendo que a equipe apresentou toda documentação, o cadastro sócio-econômico, não havendo
642 controle de frequência visto que os idosos permanecem lá as 24 horas do dia, mas foi
643 apresentado o planejamento das atividades, o cronograma, a documentação das reuniões que
644 ocorrem, sendo que entre os profissionais há Assistente Social, Fisioterapeuta e estão
645 consultando a possibilidade de contratar também um terapeuta ocupacional. Considerando o
646 apontamento feito pela Comissão Técnica sobre a Licença do Corpo de Bombeiros e sobre o
647 Alvará, sendo que lhes foi apresentado uma Declaração do Corpo de Bombeiros, devido
648 estarem passando por uma ampliação da estrutura física, sendo que a Licença somente será
649 liberada após a conclusão dessa ampliação. Conseqüentemente o Alvará não pode ser obtido.
650 Porém, considerando que na visita se observou que os trabalhos de construção estão
651 ocorrendo, o parecer da dupla é favorável pela manutenção da entidade no CMAS. A
652 conselheira e Secretária Solange observa que dos 24 idosos acolhidos na APA, 10 idosos são
653 do acolhimento institucional, ao que a conselheira Pamela destaca que não há uma separação
654 no tipo de atendimento, e que foi emocionante perceber o comprometimento da Coordenadora
655 que já está na entidade há 16 anos. Colocado para votação a manutenção da inscrição da APA
656 no CMAS, é aprovada por todos. Em seguida a Irmã Vilma passa a relatar a visita realizada ao
657 CRAS II, na atividade do PROJOVEM, juntamente com a conselheira Tatiani. Ela relata que a
658 Coordenadora do CRAS II é a Carla Patrícia, a estrutura física é própria, sendo que há um
659 projeto de ampliação do espaço, visto que compartilham o espaço com o Centro Comunitário
660 para algumas atividades. Toda documentação lhes foi apresentada, tais como o cadastro sócio-
661 econômico, o controle de frequência, o cronograma de atividades que são realizadas, os
662 projetos, lhes sendo informado que todas às sextas-feiras são reservadas para o planejamento
663 das atividades além de reuniões da equipe para avaliar e planejar, sendo que puderam
664 constatar “in loco” as atividades sendo desenvolvidas com os jovens, lhes chamando a atenção
665 os cartazes por eles confeccionados relativos ao setembro amarelo, empreendedorismo e várias

666 dinâmicas de trabalho. Se referindo a documentação, a Tatiani menciona que o Alvará de
667 Funcionamento está atualizado, bem como a Licença Sanitária. Fazem apenas uma
668 observação em relação a equipe mínima não estar completa, o que ocorre em consequência da
669 pandemia e também pelo impedimento de todas as Secretarias realizarem contratações, as
670 quais estão ocorrendo gradualmente devido o limite prudencial. Desta forma entendem não ser
671 o momento para não ser favorável à manutenção. A Irmã Vilma fala da boa impressão que lhe
672 causou o entusiasmo demonstrado pela Coordenadora Carla, por sua força de vontade e
673 dinamismo. Sendo o parecer da dupla favorável pela manutenção do CRAS II no CMAS, é
674 colocado em votação e aprovado pelos presentes. **Comissão de Orçamento:** A presidente
675 Cristiane Carla Konno informa não ter havido reunião da Comissão anterior a esta reunião
676 ordinária. **Comissão Eleitoral:** A Secretária Executiva Greice Kelly relata que pelo processo
677 eleitoral realizado, houve a conferência dos documentos, nada mais havendo que mereça
678 registro. **Comissão de Acompanhamento das Deliberações da Conferência Municipal de**
679 **Assistência Social:** O conselheiro Wellington relata que uma reunião da Comissão está
680 agendada para o próximo dia 07 de outubro e aguarda a resposta da Secretaria. **INFORMES:**
681 **a) Substituição da Secretária Executiva:** Greice Kelly apresenta a servidora Ana Maria
682 Krolow, que vai lhe substituir a partir da próxima reunião, falando que fez um protocolo
683 solicitando sua transferência, o qual foi deferido e já avalizado pela Secretária de Assistência
684 Social, e que está indo para a Educação, para um CMEI perto de sua residência, o que lhe
685 permitirá adequar melhor sua rotina de trabalho com seus interesses pessoais. Informa que a
686 Gestão fez um convite para a Ana Maria, que vinha atuando no CRAS I, a qual assumirá a
687 Secretaria Executiva do CMAS, além de contribuir com a Gestão em outras atividades. A
688 conselheira e Secretária Sra. Solange aproveita para agradecer a contribuição dada pela
689 Greice Kelly no período que esteve vinculada à Secretaria de Assistência Social, desejando
690 sucesso no seu novo projeto e dá as boas vindas para a Ana Maria. Com a palavra a Ana
691 Maria declara sentir-se lisonjeada pelo convite recebido, entendendo ser um novo desafio
692 embora já tenha alguns anos de experiência na área secretarial, porém quase sempre em
693 empresas privadas. Diz sentir ser tudo novo agora no serviço público, mas seu lema no
694 trabalho é buscar atender sempre da melhor forma possível, agradecendo a confiança e o
695 convite. A Presidente Edmara também expressa as boas vindas para a Ana Maria e agradece a
696 Kelly pelo trabalho realizado junto ao CMAS, desejando sucesso no novo trabalho.
697 **INFORMES: Item c) – Correspondências recebidas e expedidas:** A Secretária Executiva
698 Greice Kelly primeiramente menciona as correspondências recebidas: Ofício nº 45/2022 da
699 Ledi Maas com o encaminhamento do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros,
700 faltando agora somente a Licença para funcionamento; Ofício nº 22/2022 do CRAS VI em

701 resposta ao Ofício nº 64/2022 referente a manutenção da inscrição no CMAS; Ofício Circular nº
702 31/2022 do CEAS/PR sobre reunião ampliada e descentralizada do CEAS em Foz do Iguaçu
703 nos dias 10 e 11 de novembro; Ofício Circular nº 08/2022 do CMDCA referente convite para
704 participação da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ofício nº
705 39/2022 do CIEE/PR com resposta ao Ofício nº 65/2022 que é da Comissão Técnica onde
706 solicitam o envio de documentos visando a adequação ao pedido de inscrição junto ao CMAS;
707 Ofício nº 79/2022 do CRAS IV no qual solicitaram prazo para resposta ao ofício da Comissão
708 Técnica; e o Ofício 1.268/2022 da Secretaria de Assistência Social referente convite para todos
709 os conselheiros, para participação no 1º Seminário de Assistência Social de Toledo que irá
710 ocorrer no dia 04 de novembro de 2022, das 07h30 às 17h30 horas, cuja programação e link
711 de inscrição será repassado para todos. Na sequência relata as correspondências expedidas:
712 Of. 66/2022 endereçado para a SMAS referente indicação de representante do CMAS na
713 Comissão de Benefícios Eventuais; Of. 67/2022 endereçado para a SMAS em resposta ao Of.
714 1.008 referente a Educação Permanente; Of. 68/2022 endereçado ao CRAS IV solicitando
715 providências visando a manutenção da inscrição no CMAS; Of. 69/2022 endereçado para a
716 Comunicação referente reserva de espaço para reunião, porém recebemos resposta de que já
717 estava reservado e o Of. 70/2022 endereçado para a SMAS solicitando esclarecimentos a
718 respeito da implantação de mais uma casa abrigo para crianças e adolescentes. Sendo estes
719 os assuntos e nada mais havendo a tratar, a Presidente Edmara de Souza encerra a reunião
720 às 11h45min, agradecendo a presença de todos/as. E eu, Ana Maria Krolow, Secretária
721 Executiva do CMAS, encerro a presente ata, a qual será encaminhada por e-mail aos
722 conselheiros/as para apontamentos de eventuais retificações, e na próxima reunião ordinária
723 será assinada por mim e pelos demais presentes.